

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACC



PAULA IONE SÁ RODRIGUES

PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES
SOCIALMENTE VULNERÁVEIS NO RIO DE JANEIRO:
ANÁLISE DAS DIFICULDADES E BENEFÍCIOS

RIO DE JANEIRO – RJ

2018

PAULA IONE SÁ RODRIGUES

PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES
SOCIALMENTE VULNERÁVEIS NO RIO DE JANEIRO:
ANÁLISE DAS DIFICULDADES E BENEFÍCIOS

Monografia apresentada à Faculdade de
Administração e Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(FACC/UFRJ) como requisito parcial à obtenção
do grau de Bacharel em Administração.

Orientadora: Maria de Fátima Bruno de Faria

RIO DE JANEIRO – RJ

2018

PAULA IONE SÁ RODRIGUES

PROJETOS DE INOVAÇÃO SOCIAL EM COMUNIDADES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS NO RIO DE JANEIRO: ANÁLISE DAS DIFICULDADES E BENEFÍCIOS

Monografia apresentada à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Administração aprovada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FARIA – UFRJ (Orientadora)

Prof. Dr. RENATO NUNES BITTENCOURT – UFRJ (Leitor)

Rio de Janeiro, _____.

*Á todos aqueles que torceram
e torcem por mim.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente preciso agradecer aos meus pais, Cipriano e Darly. Sem o apoio, investimento e a confiança depositados em mim por vocês, a graduação não seria possível. Obrigada, papai e mamãe por apoiarem os meus sonhos, mesmo que as vezes de forma um pouco torta, e me incentivarem a não desistir e dar sempre o meu melhor. Essa conquista, sem dúvida, é também de vocês.

À minha irmã, Beatriz, por ser quem é, e por estar ao meu lado sempre, acreditando em mim. Você também é motivo de orgulho e inspiração, Bia.

Agradeço também a todos os meus amigos de faculdade, mas principalmente Adriano, Beatriz, Gabriela, Guerino, Natália e Rachel. A companhia de vocês durante os quatro anos e meio de faculdade foi essencial para tornar essa jornada mais leve. No processo de escrita deste trabalho agradeço especialmente ao Guerino, que nos momentos de desânimo e cansaço se mostrou sempre um ombro amigo e fonte de inspiração.

Às minhas amigas de escola, Ana Beatriz, Luiza, Nathália e Paula, sempre presentes, mesmo que virtualmente. Apesar do tempo e da distância sempre vibramos uma pela outra a cada nova conquista, e nessa eu sei que não será diferente.

À professora e orientadora Maria de Fátima Bruno de Faria, que mesmo em meio a tantos compromissos e obrigações, me orientou com dedicação e paciência. Acredito que precisamos de mais pessoas e professores como você no mundo. Obrigada por todo o suporte, desde as primeiras aulas de metodologia.

À todos os professores que, desde a escola, fizeram a diferença na minha vida acadêmica, profissional e pessoal.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conceitos de Inovação Social.....	20
Quadro 2: Perfil dos entrevistados.....	23
Quadro 3: Projetos socialmente inovadores fomentados pela ONG.....	26
Quadro 4: Elementos necessários para geração e desenvolvimento dos projetos.....	30
Quadro 5: Dificuldades mais frequentes durante os projetos.....	35
Quadro 6: Benefícios dos projetos para a comunidade.....	36

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1.	Contextualização do Assunto e Formulação do Problema	10
1.2.	Objetivos	11
1.2.1.	Objetivo Geral	11
1.2.2.	Objetivos Específicos	11
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1.	Pobreza e Vulnerabilidade Social	13
2.2.	Inovação Social.....	17
3.	METODOLOGIA	22
3.1.	Tipo de Pesquisa	22
3.2.	Participantes da Pesquisa.....	23
3.3.	Instrumento	24
3.4.	Procedimentos de coleta e análise dos dados	24
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS.....	41
	APÊNDICES	45
	Apêndice A: Roteiro de Entrevista aplicado aos voluntários	45
	Apêndice B: Roteiro de Entrevista aplicado aos moradores	46

RESUMO

Essa pesquisa objetiva descrever as dificuldades enfrentadas e os benefícios trazidos por projetos de inovação social realizados por uma Organização Não Governamental (ONG) que atua em comunidades socialmente vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro. Com este fim, inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas pobreza, vulnerabilidade social e inovação social. Em seguida, utilizando o método de investigação da pesquisa qualitativa, foram feitas entrevistas a partir de roteiros semiestruturados com voluntários e funcionários contratados de uma ONG, além de moradores de comunidades socialmente vulneráveis onde essa instituição desenvolve ou já desenvolveu projetos. No total foram dez entrevistados e o critério de saturação definiu o tamanho da amostra. De acordo com a definição de inovação social utilizada como base para o roteiro de entrevista, foram identificados seis projetos socialmente inovadores, ou seja, que entregaram soluções novas e duradouras a grupos diversos. Para que esses projetos aconteçam, foram citados elementos como trabalho em rede, organização voltada para a realização, coparticipação e parcerias privadas. Também foram identificadas as duas maiores dificuldades enfrentadas pela ONG no processo de implementação de um projeto: a baixa mobilização e segurança instável nas comunidades. Os principais benefícios citados foram empoderamentos dos moradores, dignidade e benefícios estruturais. Portanto, foi possível perceber a importância de práticas como olhar participativo e parceria entre instituições do terceiro setor e instituições privadas em projetos que visem diminuir a vulnerabilidade social presente em comunidades invisíveis ao poder público, além de elucidar prejuízos ligados a políticas assistencialistas.

Palavras-chaves: Inovação Social, ONG, Comunidades Socialmente Vulneráveis

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do Assunto e Formulação do Problema

Indivíduos pobres fazem parte das populações de todos os países do mundo, inclusive dos mais ricos. Os pobres, além da insuficiência de renda, estão sujeitos a uma série de condições mais complexas que apenas a falta de dinheiro, caracterizando-as como socialmente vulneráveis. A vulnerabilidade está relacionada à exclusão social e à carência e/ou privação de necessidades básicas, como alimentação e moradia, em níveis emergenciais (FRUTUOSO et al., 2015). Além disso, pode ser caracterizada através de “grupos sociais específicos que se encontram em um dado território, expostos a um determinado fenômeno e fragilizados quanto a sua capacidade de compreender e enfrentar esses riscos” (SANTOS, 2015, p. 80).

Desta forma, políticas fragmentadas e focais, que não atacam as causas estruturais das carências que caracterizam os indivíduos socialmente vulneráveis, devem ser substituídas por ações abrangentes e que busquem universalizar direitos, no intuito de prover equidade aos grupos mais vulneráveis do planeta (FREITAS et al., 2017). Assim, é possível identificar a necessidade de se investir em soluções inovadoras e sustentáveis, mais especificamente inovações voltadas à resolução de adversidades sociais. Farfus (2008) afirma que o desenvolvimento de estratégias inovadoras é condição indispensável para a superação de desafios pós-modernos; essas estratégias devem ser desenhadas por empreendedores sociais. Em suma, a inovação social “descreve todo o processo pelo qual são desenvolvidas novas respostas às necessidades sociais, a fim de apresentar melhores resultados” (BITTENCOURT; RONCONI, 2016, p. 798).

De acordo com Correio e Correio (2016), os debates sobre novos meios econômicos de integração são capazes de fomentar estratégias que ligam atividades produtivas a mecanismos capazes de incluir pessoas em situação de vulnerabilidade social. Assim, a definição de inovação social “surge como alternativa ao paradigma tradicional (econômico)” (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016, p. 120). Além disso, segundo Bittencourt e Ronconi (2016), as iniciativas socialmente inovadoras fomentam e apoiam as políticas públicas.

Desta forma, partindo do exposto anteriormente e buscando contribuir para maior disseminação e compreensão sobre o tema, este estudo almeja responder ao

seguinte questionamento: **“Quais as dificuldades enfrentadas e os benefícios trazidos por projetos de inovação social realizados em comunidades socialmente vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro?”**

De acordo com a Estratégia Europa 2020, citada no artigo de Bittencourt e Ronconi (2016), a inovação social é um elemento central da estratégia da União Europeia para desenvolvimento dos países participantes da aliança. Isso porque a inovação social “tende a gerar ideias e práticas positivas na resolução de um dado problema social, especialmente em relação à crise de emprego” (BITTENCOURT; RONCONI, 2016, p. 800). Entretanto, segundo as conclusões do mesmo artigo, ainda existe uma lacuna na produção científica sobre inovação social, mais especificamente no que tange ao desenvolvimento territorial.

Assim, é preciso investigar mais o quanto e como a inovação social contribui para a redução da vulnerabilidade social. Isso pode ser feito através da análise de um projeto com esse propósito; um dos objetivos da pesquisa aqui proposta. Além disso, é possível trazer fatores para reforçar resultados já existentes e gerar elementos que podem vir a contribuir para gestão da própria Organização Não Governamental (ONG) que fez parte da coleta de dados e quem mais desejar desenvolver projetos semelhantes.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Descrever as dificuldades enfrentadas e os benefícios trazidos por projetos de inovação social realizados em comunidades socialmente vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro.

1.2.2. Objetivos Específicos

1. Diferenciar pobreza e vulnerabilidade conforme a literatura.
2. Identificar os fatores que caracterizam uma comunidade socialmente vulnerável.
3. Descrever os conceitos mais utilizados de inovação social na literatura.
4. Descrever as características que definem um projeto como inovação social.

5. Caracterizar projetos de inovação social a partir da perspectiva dos integrantes de uma Organização Não Governamental (ONG).
6. Caracterizar os elementos necessários para geração e desenvolvimento destes projetos socialmente inovadores.
7. Apontar as dificuldades mais frequentes enfrentadas pela Organização Não Governamental (ONG) no desenvolvimento de um projeto.
8. Destacar os principais benefícios para as comunidades onde os projetos são desenvolvidos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentados os resultados da revisão da literatura acerca dos temas centrais utilizados como base teórica para elaboração do presente estudo.

2.1. Pobreza e Vulnerabilidade Social

A pobreza é um fenômeno antigo e ainda presente na humanidade. Costuma-se associar indivíduos pobres à insuficiência de renda. Por conta do sistema capitalista vigente na maior parte dos países, ter dinheiro é fundamental para a aquisição de bens e serviços necessários à sobrevivência humana. Como consequência deste fato, a insuficiência de renda é o critério mais consolidado na literatura para se medir pobreza (CALDAS; SAMPAIO, 2015).

Na revisão de literatura feita por Freitas et al. (2017) são citadas diversas interpretações para a pobreza. Uma delas é a interpretação da ética e da filosofia a partir do trabalho assalariado. Segundo essa perspectiva, a pobreza deriva de uma distribuição injusta das riquezas em uma sociedade, gerando perda de dignidade, valor intrínseco à existência humana (FREITAS et al., 2017).

Bourguignon e Chakravarty (2003 apud CALDAS; SAMPAIO, 2015) associam a pobreza também à insuficiência de bem-estar. Seguindo uma linha de pensamento similar, Anand e Sen (1997 apud CALDAS; SAMPAIO, 2015), afirmam que a pobreza vai além da privação de bens materiais; **ser pobre é não desfrutar da oportunidade de uma condição de vida tolerável**. A fome e a miséria são fatores presentes na vida de quem é pobre, impedindo a sobrevivência com dignidade (MARIANO; NEDER, 2006).

Portanto, “os meios para alcançar o bem-estar, as oportunidades e liberdade elementares não estão meramente enfocados nas mercadorias e recursos disponíveis, embora, estes sejam relevantes” (TOIGO; CONTERATO, 2017, p. 276). Assim, concluem os autores, para quem é atingido pela pobreza, é mais importante o acesso a recursos capazes de estimular suas capacidades, do que apenas o fornecimento de recursos materiais, como comida.

Deste modo, a condição de pobreza deve ser analisada de forma multidimensional, visto que estar nessa condição interfere em variáveis como

acesso, disponibilidade e consumo, que nem sempre estão restritas à disponibilidade de renda, como evidenciado anteriormente.

Caldas e Sampaio (2015) defendem a análise isolada de dimensões como privação de alimentos, de acesso a serviços de saúde e a uma rede pública de ensino de qualidade, de acesso à rede de água, entre outras, a fim de compreender melhor os efeitos adversos desse problema. Segundo Castro e Abramovay (2002), características e direitos do tempo, da sociedade, de grupos e gerações, devem ser considerados na análise de fenômenos socialmente negativos, como a pobreza. As autoras ainda destacam a tendência de diversos autores em usar o conceito de vulnerabilidades sociais, a fim de desconstruir sentidos únicos associados à pobreza.

De acordo com Fiorati et al. (2016), a vulnerabilização social de pessoas e grupos pode ser associada com a crise do Estado de Bem-Estar Social, a globalização da economia e a orientação neoliberal das políticas econômicas, visto que são fatores geradores de exclusão de amplas camadas da população mundial. Penna e Ferreira (2014) definem vulnerabilidade social da seguinte forma:

Definida como um risco social, a vulnerabilidade caracteriza-se pela concentração da precariedade (ou falta) de serviços coletivos e de investimentos públicos em infraestruturas (os ativos e as estruturas de oportunidades), que desse modo provocam a desproteção social das comunidades mais carentes. A vulnerabilidade pode ou não estar associada a riscos ambientais, como, por exemplo, moradias localizadas em áreas de alta declividade (perigo de deslizamentos e soterramentos de pessoas e habitações) ou sujeitas a enchentes. (PENNA; FERREIRA, 2014, p. 26)

Penna e Ferreira (2014) ainda chamam atenção para os atributos necessários à formação do ser humano na atualidade: estado de saúde, qualificação, competências e habilidades. Indivíduos socialmente vulneráveis não têm acesso a recursos que permitem melhorar seu bem-estar e evitar a deterioração das suas condições de vida, impedindo, assim o desenvolvimento pleno dos atributos aqui expostos.

Castel (1997) classifica as pessoas em zonas, construídas a partir de gradações baseadas nas relações com o trabalho: zona de integração, zona de vulnerabilidade e zona de desfiliação. O autor chama atenção para o fato de que indivíduos presentes na zona de vulnerabilidade estão sujeitos à instabilidade e turbulências; cultivam uma relação precária com o trabalho e são frágeis em sua inserção relacional, transitando entre a integração e a exclusão. São esses indivíduos que correm risco de cair na última zona, alimentando a grande marginalidade.

Já Katzman (1999 apud MAIOR; CÂNDIDO, 2014) considera as variáveis tempo histórico e área geográfica nas suas ponderações sobre vulnerabilidade. Para este autor, o que define o nível de vulnerabilidade a que uma família está sujeita são os ativos disponíveis para o enfrentamento de situações de risco.

Uma outra abordagem acerca de vulnerabilidade diz respeito à vulnerabilidade socioambiental. Maior e Cândido (2014, p. 242) chamam atenção para o adensamento populacional nas cidades e a segregação espacial urbana, que desregulam o sistema socioambiental e expõem grupos a fatores de risco ambientais, que podem gerar “consequências desastrosas como perdas materiais e/ou de vida”.

Ainda no que tange à vulnerabilidade socioambiental, Alves et al. (2008) dissertam acerca da sobreposição e/ou cumulatividade de problemas e riscos sociais e ambientais. Para os autores, essa coexistência espacial agrava a situação de pobreza e vulnerabilidade de moradores de áreas periféricas, uma vez que essas pessoas estão expostas a degradações ambientais como por exemplo enchentes, deslizamentos de terra, poluição, contato com doenças de veiculação hídrica, etc. Alves et al. (2008) atribuem o aumento da vulnerabilidade socioambiental à expansão urbana e forte crescimento demográfico que ocorre em áreas periféricas e semiurbanas das cidades.

Apesar da associação de vulnerabilidade social ao risco, é importante elucidar a divergência do conceito em relação a grupos de risco. Enquanto que vulnerabilidade diz respeito à indisponibilidade de uma estrutura de oportunidades ou recursos sociais, econômicos e culturais, a concepção de grupos de risco costuma “individualizar ou personificar a adversidade vivida, relacionando-a a uma questão de conduta” (MORAIS; RAFFAELI; KOLLER, 2012, p. 130).

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito as subdivisões dentre os indivíduos ditos vulneráveis. Dos trabalhos relativos à pobreza publicados no Brasil entre 1985 e 2016, os principais grupos de vulneráveis são, nesta ordem: mulheres, crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, periféricas, rurais, assentadas, indígenas, migrantes e faveladas (FREITAS et al., 2017). O mesmo artigo ainda destaca a feminilização da pobreza e o fato de a população pobre ter o seu direito de reproduzir cassado; além de não haver condições concretas de maternidade para as mulheres de classes sociais marginalizadas.

Tavares et al. (2016) chamam atenção para a relação entre vulnerabilidade e violência. Para os autores, os homicídios, forma de violência em destaque no artigo, são reflexo de problemas ligados a estruturas sociais desiguais e excludentes, que favorecem o crime organizado e a violência doméstica, levando a prejuízos à vida. Assim, a vulnerabilidade social está ligada à insegurança e aumento das taxas de violência, gerando riscos inclusive a indivíduos não vulneráveis. A pesquisa feita por Cocco e Lopes (2010) com jovens de escolas públicas respalda essas afirmações, concluindo que o contexto social e local são elementos interagentes e agravantes na geração da violência em comunidades pobres e vulneráveis. Além, claro, de interfluências dos contextos familiares, políticos, econômicos e socioculturais.

É importante ressaltar que vulnerabilidade e pobreza não são conceitos que substituem um ao outro, mas sim se complementam. Ambas concepções estão multidimensionalmente interligadas e a vulnerabilidade é inerente ao pobre, que sofre com a restrição de oportunidades e falta de liberdade (TOIGO; CONTERATO, 2017). O contrário, entretanto, não é válido; “estar exposto à vulnerabilidade não significa necessariamente estar propenso à pobreza” (TOIGO; CONTERATO, 2017 p. 282).

Portanto, a partir de todo o conteúdo exposto acima, é possível perceber a multidimensionalidade da vulnerabilidade, no que tange as suas causas e consequências. A dimensão socioeconômica é destacada no artigo de Maior e Cândido (2014) como capaz de contemplar os principais aspectos desencadeadores da vulnerabilidade em qualquer localidade geográfica do país. Os autores também chamam atenção para a negligência com a qual é tratada a dimensão ambiental e os riscos naturais existentes nos espaços urbanos do Brasil; e citam os aspectos psicológico e político como relevantes no estudo da vulnerabilidade.

Para Castro e Abramovay (2002), para lidar com a vulnerabilidade e exclusão social, não basta um enfoque culturalista, é preciso dar a devida atenção à economia política e a limites estruturais, que interferem na sobrevivência e qualidade de vida da população. Ademais, afirmam as autoras, é preciso desenvolver políticas exclusivas para a juventude pobre.

Caldas e Sampaio (2015) afirmam que a privação de bens e serviços são características da vulnerabilidade e devem ser superadas. Portanto, são necessárias ações orientadas para tratar dessas carências, e não apenas da escassez de renda. Assim, faz-se necessário compreender como determinadas

variáveis estão presentes na caracterização de famílias em situação de pobreza, de modo a direcionar políticas públicas mais eficientes (CALDAS; SAMPAIO, 2015).

Já Toigo e Conterato (2017) acreditam que é preciso integrar Estado, instituições e as comunidades com o intuito de assegurar uma coesão social mais sólida, e assim tornar pessoas em situação de pobreza ou vulneráveis, mais emponderadas e conseqüentemente mais resilientes. Bittencourt e Ronconi (2016) acrescentam que se faz necessário um estilo de gestão pública que coopere para a expansão dos processos de diálogo, fomentando o crescimento local inteligente e sustentável e instigando a inovação, mais especificamente a inovação social, a qual

Tende a transformar ideias inovadoras em novos produtos e serviços capazes de criar uma dinâmica societal de desenvolvimento do território, competitiva, com crescimento, em que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e que atenda as necessidades mais prementes do lugar. (BITTENCOURT; RONCONI, 2016, p. 814)

2.2. Inovação Social

Usualmente se vincula inovação à concepção schumpeteriana do século XX de que a ação de inovar é fazer novas combinações e está diretamente ligada ao aumento de ganhos econômicos (BIGNETTI, 2011). Agostini et al. (2017), em uma definição mais recente, associam a criatividade à inovação. Para os autores, inovar é um processo criativo na implementação de uma nova ideia, seja ela a criação ou reformulação de produtos, processos, mercados ou modelos organizacionais. Bignetti (2011) chama atenção para o fato de que esta definição é mais adequada à indústria tecnológica, e que a noção de inovação já se expandiu para outras áreas, como organizações e serviços, por exemplo.

Oliveira e Silva (2012, p. 280) complementam o pensamento de Bignetti e afirmam que “inovar, por questões econômicas e competitivas, tem sido, ao longo de décadas, o principal objetivo das empresas”. O autor também destaca que Schumpeter, ainda na primeira metade do século XIX, evidenciou em seus estudos a importância, para as empresas e a economia, da inovação social desenvolvida em paralelo com as inovações tecnológicas. Schumpeter neste caso se referia a inovações que fomentassem mudanças no capital social e humano, afinal, o termo inovação social só foi utilizado pela primeira vez em 1970, por James B. Taylor (OLIVEIRA; SILVA, 2013).

Taylor (1970 apud BIGNETTI, 2011, p. 7) definiu inovações sociais como “formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais”. Desde então, o conceito foi e vem se desenvolvendo. Em 2003, Julie Cloutier caracterizou as inovações sociais como sustentáveis, afirmando que, em uma inovação social, as ações e mudanças devem prezar pela sustentabilidade (BIGNETTI, 2011). Bignetti (2011, p. 10) define inovação social como “o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral”, conceito este adotado no presente estudo para nortear a pesquisa empírica.

Inovações, sejam elas técnicas ou sociais, são fundamentais para os seres humanos civilizados (AGOSTINI et al., 2017). Seguindo este preceito, a inovação social está preocupada em gerar valor social e bem-estar aos indivíduos (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016). Rodrigues (2006) difere a inovação social de outros tipos de inovação por seu fomento a rearranjar papéis sociais e/ou dar outras respostas para situações insatisfatórias e problemáticas. A autora também analisa a inovação social a partir de três óticas: indivíduos, organizações e instituições – interdependentes entre si. Sob a ótica dos indivíduos, as inovações sociais costumam abarcar as seguintes dimensões: aumentar/favorecer a autonomia e emancipação, promover qualidade de vida e sentido ao trabalho (RODRIGUES, 2007).

Quando se fala em inovação social nas instituições, é possível perceber uma série de indicadores:

Novas formas de divisão e coordenação do trabalho; Novas configurações organizacionais: estruturas em rede, por projetos, matriciais; Misturas entre recursos disponíveis (mercantis, não mercantis e reciprocidade); Novas formas de governança: (interações com políticas públicas, empreendedorismo coletivo); Grau de participação de diferentes stakeholders nos processos decisórios; Novas possibilidades de acesso aos mercados (público e privado); Objetivos da organização e benefícios individuais (monetários e não monetários) e coletivos (para a sociedade), em geral, alcançados pela mediação destas organizações.” (RODRIGUES, 2007, p. 120)

Já no que tange às instituições, em geral há o fomento a mudanças nos ambientes legal, político, social e econômico, através de práticas que busquem universalização de direitos e legislações que versem sobre inclusão social e defesa de minorias (RODRIGUES, 2006).

A inovação social tem um papel importante no desenvolvimento de localidades vulneráveis, uma vez que elucida oportunidades internas capazes de promover o desenvolvimento sustentável e gera respostas, a fim de suprir necessidades sociais específicas (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016). As autoras também apresentam cinco dimensões, que neste caso podem ser entendidas como razões de ser, da inovação social:

1. para atender necessidades sociais específicas vivenciadas localmente em uma situação caracterizada como inaceitável ou insatisfatório; 2. a presença dos atores sociais, instituições e organizações responsáveis pela inovação social agindo de forma colaborativa; 3. os processos de inovação social como ativos de colaboração, cooperação e aprendizagem para os atores; 4. benefícios ou respostas, que geram benefícios sociais, valor, resiliência e capacidade social para satisfazer as necessidades não satisfeitas; 5. Inovador caráter para o contexto, mas não limitado por ele, que já poderia ser usado em outra realidade social. (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016, p. 106)

Tardiff e Harisson (2005) concluíram que são necessárias cinco dimensões para que uma ação seja considerada inovação social: transformação, caráter inovador, inovação, atores e processos. Agostini et al. (2017), em complemento a essa ideia, afirmam que é importante que organizações sociais e comunidades sejam atores ativos no desenvolvimento de inovações sociais, atuado em conjunto nos processos de mudança para a população e/ou um território em questão.

É possível perceber que há uma quantidade considerável de nuances em relação ao conceito de inovação social. Entretanto, é notável também, nos conceitos apresentados até o momento, o constante destaque à interação dos indivíduos, dos atores sociais e das comunidades. Assim, cabe dizer que o processo de inovação social é coletivo e depende de relações sociais. Em concordância, Correia, Oliveira e Gomez (2016) afirmam que as inovações sociais são processos **coletivos** disseminados por atores que buscam atender necessidades sociais.

A inovação social é primordial para a evolução da sociedade, visto que busca alternativas sustentáveis para o bem-estar coletivo (AGOSTINI et al., 2017). Segundo Correio e Correio (2017), as inovações sociais visam combater ou minimizar desafios rebaixados pela dinâmica econômica da sociedade contemporânea e existentes em comunidades socialmente vulneráveis. São maneiras alternativas de se produzir valor, pouco atreladas ao paradigma econômico tradicional e voltadas principalmente a demandas urgentes, além de conciliar produção e redistribuição (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016). Os sistemas empresariais existentes, seguindo a lógica macroeconômica vigente, não

tem capacidade para suprir as demandas sociais, permitindo assim, a ascensão de movimentos, iniciativas e instituições focados em diminuir os abismos sociais (FARFUS, 2008).

Em geral este tipo de iniciativa está atrelado ao terceiro setor, mas não se restringe a ele (RODRIGUES, 2007). Entidades como Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), vêm apresentando importância crescente no campo da inovação social, ao alocar recursos e colaborar com a regulação econômica e redistribuição de renda, além de viabilizar a provisão de serviços a populações socialmente desfavorecidas (RODRIGUES, 2007).

Entretanto, como dito anteriormente, o desenvolvimento de inovações sociais não está ligado exclusivamente a associações do terceiro setor. Podem ser atores organizacionais de uma inovação social, salvo organizações de economia social, empresas e beneficiários de organizações privadas, além do governo, através de políticas públicas (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016). A parceria entre governo, mercado e sociedade civil resulta em um novo modelo de negócios, que chama atenção para a necessidade permanente do envolvimento destes atores na tomada de decisões que envolvam mudanças sociais (RODRIGUES, 2007).

Para Agostini et al. (2017), em suma, é possível identificar em diversos conceitos de inovação social a preocupação com a mudança na sociedade, mas não exatamente quem será responsável por realizá-la. Além disso, os autores destacam que apesar do valor das inovações sociais para a sociedade, não há o interesse acadêmico e empresarial desejado no desenvolvimento da teoria em inovação social no Brasil.

Como exposto nos parágrafos anteriores, apesar das definições de inovação social buscarem descrever o mesmo fenômeno, elas diferem entre si. Bignetti (2011) afirma não haver consenso na literatura sobre o termo, sua abrangência e o objeto de estudo. O Quadro 1 mostra as mudanças em relação ao conceito desde a primeira vez em que foi citado, em 1970.

Quadro 1: Conceitos de Inovação Social

Autor/ano	Conceito
Taylor (1970)	“Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.”
Dagnino, Brandão e Novaes (2004)	“Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da

	efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.”
Phills, Deiglmeier e Miler (2008)	“O processo de inventar, garantir apoio e implementar novas soluções para resolver problemas e necessidades sociais.”
Rodrigues (2006)	“As inovações sociais podem ocorrer intencionalmente ou emergem de um processo de mudança social sem planejamento prévio; e podem ocorrer em três níveis: atores sociais, organizações e instituições.”
Agostini et al. (2017)	“A inovação social é um processo essencial para a evolução da sociedade e da busca de alternativas sustentáveis para o bem-estar coletivo.”

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos conceitos expostos no Quadro 1, em ordem cronológica, é possível perceber que a noção de inovação social se tornou mais específica desde a primeira vez que o termo foi utilizado, em 1970. Atualmente a sustentabilidade e a colaboração de diversos atores e instituições ganham destaque, e a inovação social é enxergada como tecnologia necessária à resolução de necessidades sociais, de forma tangível ou incorporada.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, será apresentada a metodologia utilizada para realização da pesquisa empírica.

3.1. Tipo de Pesquisa

Para Vergara (2016), é possível classificar a pesquisa científica a partir de dois critérios: quanto aos fins e quanto aos meios. Ou seja, de acordo com os objetivos e resultados da pesquisa (fins) e as técnicas de investigação (meios).

O objetivo principal deste estudo é elucidar benefícios e dificuldades existentes na implantação de um projeto de inovação social em uma comunidade socialmente vulnerável, portanto, a pesquisa tem fins descritivos e classifica-se como pesquisa de campo. Trata-se de uma pesquisa que empregou o método qualitativo, o qual busca interpretar realidades sociais (GASKELL, 2002), aprofundando-se no significado de ações e relações humanas, não perceptível e captável em estatísticas e/ou quantificável (MINAYO, 2001). Portanto, foi o método escolhido para coleta de dados deste estudo, que busca descrever dificuldades enfrentadas e benefícios de um projeto inovador de caráter social. A técnica empregada para coleta de dados, foi a entrevista semiestruturada, a qual se caracteriza por “questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa” (TRIVIÑOS, 1987, p. 30).

Dado que o propósito desta pesquisa é de apenas **caracterizar** um projeto de inovação social, a mesma tem caráter descritivo (VERGARA, 2016). Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo e no território da comunidade (GIL, 2002). Apesar do tempo dispendido para realização das entrevistas, as principais vantagens da pesquisa de campo são:

Como é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos. Como não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, tende a ser bem mais econômico. E como o pesquisador apresenta nível maior de participação, torna-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis. (GIL, 2002, p. 53)

3.2. Participantes da Pesquisa

O presente trabalho buscou evidenciar benefícios adquiridos pelas comunidades e dificuldades enfrentadas por uma ONG na implantação de projetos de inovação social em comunidades socialmente vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, os projetos elegíveis para integrar o estudo são aqueles fomentados pela ONG em que soluções novas e duradouras foram geradas para indivíduos vulneráveis da comunidade – conceito formulado por Bignetti (2011) e escolhido dentre os vários apresentados na fundamentação teórica para caracterizar uma inovação social.

Os entrevistados foram: coordenadores contratados, voluntários da ONG que atuaram nos projetos e moradores das comunidades vulneráveis afetadas por estes. Foram entrevistados voluntários de diferentes cargos e também voluntários que são ao mesmo tempo moradores. Ao todo foram 10 entrevistas semiestruturadas e o número foi determinado a partir do critério de saturação, ou seja, “quando não surgem mais relatos inusitados no processo de coleta de dados da pesquisa, recomenda-se o critério de finalização dessa coleta” (PAIVA JÚNIOR; LEÃO; MELLO, 2011, p. 7).

Para fins de caracterização dos participantes do estudo, estes foram dispostos no Quadro 2, que evidencia se o indivíduo é coordenador, voluntário, morador ou ambos; e no caso de voluntário ou coordenador qual o seu cargo na ONG ou a área onde estava alocado.

Quadro 2: Perfil dos entrevistados

	Categoria	Área
Entrevistado 1	Coordenador contratado	Operações
Entrevistado 2	Coordenadora contratada	Comercial
Entrevistado 3	Voluntária	Recursos
Entrevistado 4	Voluntária	Formação
Entrevistado 5	Voluntário	Finanças
Entrevistado 6	Morador/Voluntário	Atuação Comunitária
Entrevistado 7	Voluntário	Atuação Comunitária
Entrevistado 8	Morador/Voluntário	Atuação Comunitária
Entrevistado 9	Coordenadora contratada	Atuação Comunitária
Entrevistado 10	Morador	-

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3. Instrumento

Foi elaborado um roteiro de entrevista com base no objeto de estudo e na fundamentação teórica. Antecedendo as perguntas do roteiro da entrevista havia um texto introdutório, o qual era lido para os entrevistados com o intuito de explicar os objetivos do trabalho e a importância daquela entrevista, além de reforçar a confidencialidade das respostas. A primeira pergunta foi formulada a partir da definição de inovação social proposta por Bignetti (2011, p. 5): “formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais”.

Ao longo das entrevistas, buscou-se compreender, principalmente: (a) se os projetos fomentados pela ONG eram de fato inovações sociais, encaixando-se na definição proposta; (b) que elementos os entrevistados consideravam relevantes para o processo de geração e desenvolvimento dos projetos; (c) as principais dificuldades encontradas durante o processo; (d) os principais resultados e benefícios para a comunidade.

Antes do início das entrevistas, os participantes do estudo deveriam responder se eram coordenadores contratados, moradores de alguma comunidade onde houvesse pelo menos um projeto da ONG ou voluntários, e em qual área atuavam. A resposta a esta pergunta definia qual roteiro de entrevista seria aplicado: o direcionado aos voluntários ou aos moradores. O texto introdutório e as perguntas do segundo roteiro tinham linguagem mais acessível e tom mais informal, com o intuito de deixar os moradores mais confortáveis. A sugestão de um roteiro “adaptado” partiu dos voluntários entrevistados. Entretanto, os objetivos das perguntas nos dois roteiros eram os mesmos, como pode ser visto nos Apêndices A e B deste trabalho.

3.4. Procedimentos de coleta e análise dos dados

Os voluntários e moradores foram entrevistados individualmente por um período de, aproximadamente, 20 minutos cada entre os meses de outubro e novembro de 2018. As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas na sede da ONG de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado. Algumas entrevistas ocorreram por ligação telefônica, devido à indisponibilidade do indivíduo de comparecer à sede ou de a pesquisadora se deslocar até a residência ou local de trabalho deste. Dado o consentimento, todas as entrevistas foram gravadas em áudio, com o intuito de facilitar o processo de análise de dados e contribuir para um

diálogo mais fluido. O sigilo e descrição em relação à gravação foram mantidos e informados.

Uma vez coletados os dados, a técnica empregada para análise destes foi a de análise de conteúdo, a qual “tem sido cada vez mais valorizada como técnica de análise de dados em um mundo científico no qual as pesquisas da área de Administração têm se expandindo em um ritmo cada vez maior” (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 740). Para Mozzato e Grzybovski (2011), a análise de conteúdo alia diversas técnicas de análise da comunicação, que buscam enriquecer a leitura dos dados coletados e ultrapassar as incertezas.

A análise das entrevistas foi realizada, individualmente, da seguinte maneira: após a verificação das respostas obtidas, eram adicionadas categorias ao quadro de análise de cada pergunta. Categorizar é o procedimento de agrupar dados a partir da parte comum existente entre eles (MORAES, 1999), assim, na primeira pergunta, cujo quadro foi construído com base no conceito de inovação social de Bignetti (2011), uma vez que o projeto citado (categoria 1) se repetisse, eram adicionados dados, desde que relevantes e não repetitivos, apenas na outras duas categorias: soluções novas e duradouras desenvolvidas (categoria 2) e grupos atendidos (categoria 3).

Na análise das demais três perguntas, que tratavam dos elementos necessários ao desenvolvimento dos projetos citados na pergunta de número 1, suas dificuldades e benefícios, caso o elemento, dificuldade ou benefício já estivesse categorizado no quadro, apenas um exemplo de fala era adicionado, caso fosse relevante. Excluindo o quadro de análise da primeira pergunta, cada categoria era seguida de uma definição operacional ou contextualização, além de exemplos de falas dos sujeitos.

Franco (2008) afirma que um dos caminhos existentes para elaboração de categorias é o de categorias não definidas *a priori*, ou *a posteriori*, ou seja, após a realização da coleta de dados. Além disso, afirma a autora, as categorias de análise podem ser definidas a partir dos seguintes critérios: semântico, sintático, léxico ou expressivo. No presente trabalho, as categorias foram elaboradas *a posteriori* e a partir do critério semântico, criando categorias temáticas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo apresenta e discute os resultados alcançados após a análise das entrevistas, derivando na criação de categorias, seguidas por exemplos de fala. Tais resultados destacam a realidade do planejamento e execução de projetos de inovação social em comunidades vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro, através do relato das dificuldades, benefícios e fundamentos presentes nos mesmos - a partir da percepção dos entrevistados que atuaram em tais projetos, fomentados por uma ONG.

Previamente é importante lembrar o que foi colocado na fundamentação teórica deste estudo: não há consenso na literatura acerca da definição de inovação social. Portanto, um conceito foi adotado para nortear o roteiro das entrevistas, o qual pontua que inovação social é “o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral” (BIGNETTI, 2011, p. 10).

As entrevistas eram iniciadas após breve apresentação da temática em estudo aos voluntários fixos da ONG ou moradores de comunidades onde a ONG já atuou ou atua. Primeiramente pretendia-se captar quais projetos da ONG eram socialmente inovadores, através da comparação do conceito exposto acima e da percepção dos entrevistados. Dessa forma, a primeira pergunta expunha a definição de inovação social e perguntava quais projetos da ONG, na opinião dos entrevistados, se encaixavam nesse escopo. Depois, analisava-se o enquadramento com o a definição assumida no estudo. Os projetos apresentados que de fato se encaixavam na definição proposta estão elencados no Quadro 3.

Quadro 3: Projetos socialmente inovadores fomentados pela ONG

Projeto	Soluções novas e duradouras desenvolvidas	Grupos atendidos
ECO – Escutando Comunidade	As necessidades e a maneira como vivem cada família da comunidade são ouvidas individualmente, além de qual, na opinião das famílias, é a melhor solução para ajudá-las. A ECO gera um diagnóstico de atuação. Os resultados das enquetes servem de insumo para a geração de soluções para a comunidade como um todo.	Moradores da comunidade; voluntários que aplicaram os questionários.
Construção de moradias	Construção de moradias pré-moldadas de emergência para famílias que moravam em barracos.	Moradores da comunidade; voluntários que ajudaram a construir as casas.
Banheiro seco	Alternativa ecológica de banheiro para um local onde não há saneamento básico. Diminui a infestação de mosquitos e parasitas, além de melhorar a qualidade do solo.	Moradores da comunidade; voluntários que ajudaram a construir os banheiros
Construção de uma praça	O projeto da praça conta com postes de iluminação que funcionam com energia solar – agora os moradores não precisam depender totalmente da distribuição de energia elétrica da rede pública, que chega a eles de forma precária.	Moradores da comunidade; voluntários que estão ajudando a construir a praça
ERLICO – Encontro Regional de Líderes Comunitários	No encontro, a partir da troca de experiências dos participantes, são debatidas futuras soluções que podem vir a ajudar o trabalho das lideranças. Os líderes que participam conseguem reconhecer a “força” do trabalho em comunidade.	Moradores de diversas comunidades
Mesas de Trabalho	As mesas de trabalho são reuniões em que as questões críticas da comunidade são discutidas, a fim de tornar possível a elaboração de projetos para a melhora da qualidade de vida dos moradores. Participam da reunião moradores, voluntários e pessoas especializadas em infraestrutura. São tecnologias sociais os produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis e inovadores surgidos a partir dessa interação, e que são capazes de trazer soluções de transformação social ¹ .	Moradores da comunidade; voluntários que estão auxiliando no desenvolvimento dos projetos

Fonte: Elaborado pela autora.

¹ As mesas de trabalho são uma Tecnologia Social reconhecida pela Fundação Banco do Brasil (FBB), de acordo com documento disponível no site da ONG TECHO. Disponível em: <https://www.techo.org/brasil/informe-se/mesas-de-trabalho-sao-reconhecidas-como-tecnologia-social/>, acesso em 10/11/2018.

As respostas em geral foram bem diversificadas no que diz respeito a exemplos de projetos, entretanto, mais da metade dos entrevistados de alguma forma acreditam que a principal inovação social desenvolvida pela ONG é a sua metodologia de trabalho, que é totalmente oposta ao assistencialismo, incluindo ativamente os moradores das comunidades no desenvolvimento dos projetos. Inclusive esta resposta foi unânime dentre os moradores entrevistados. Eles destacaram também que a ONG era socialmente inovadora porque nenhuma outra instituição social com as quais eles já tiveram contato trabalha da mesma forma. Apenas um dos entrevistados, Entrevistado 5, discorda que os projetos da ONG sejam inovadores, apesar de concordar que a metodologia de trabalho tem nuances inovadoras sim.

*“Não acredito que os projetos são inovadores. Da forma que os projetos são desenvolvidos não há espaço para inovação. Na minha opinião a única inovação que a ONG apresenta é a forma de trabalho duradoura, na questão de **trabalhar junto com a comunidade** que muitas outras organizações não têm. Porém não somos os únicos que trabalhamos dessa forma”* (Entrevistado 5).

“O diferencial é que a ONG enxerga os moradores como sujeitos e agentes.” (Entrevistado 5).

*“Não acho que exista um projeto específico que simbolize a inovação social, acredito que a mentalidade que a ONG tem e dissemina e multiplica é o que traz inovação social, que deixa um legado novo e duradouro para as comunidades. Inovador é todo o **processo de articulação com a comunidade**”* (Entrevistado 4).

*“Todo os projetos. Por conta da forma como os projetos são desenvolvidos, principalmente em relação a **participação ativa dos moradores das comunidades**, se difere do que é historicamente praticado pelo governo e até outras ONGs, que têm uma abordagem muito vertical.”* (Entrevistado 1).

*“Os projetos tem que ter a **validação da comunidade**”* (Entrevistado 3).

As falas acima ilustram o que foi colocado no referencial teórico por Rodrigues (2007), Correia, Oliveira e Gomez (2016): a inovação social é um processo coletivo, que deve ser desenvolvido de forma colaborativa e de modo a favorecer a autonomia e a emancipação dos indivíduos afetados pelas soluções geradas.

Dentre os projetos mostrados no Quadro 3, os que melhor ilustram essa metodologia de trabalho são as Mesas de Trabalho, a ECO e o ERLICO. Nesses

projetos, os moradores em condições de vulnerabilidade são “protagonistas”. São esses os projetos que antecedem a entrega de soluções estruturais (moradias, banheiros, praça, etc.) e são voltados, principalmente, a consulta e compartilhamento da opinião dos moradores das comunidades vulneráveis: *“A ONG não trabalha na comunidade, mas sim **a comunidade trabalhando e se desenvolvendo com a ONG**”* (Entrevistado 6).

Assim, as Mesas de Trabalho, a ECO e o ERLICO geram soluções novas e duradouras que se tornam tangíveis através dos projetos de construção de moradias, banheiros secos e praça. Estes três últimos projetos trouxeram dignidade para os moradores, a qual é comprometida pela sua situação de vulnerabilidade, de forma sustentável ao entregarem casas feitas de materiais resistentes e duradouros (substitutas de barracos feitos com restos de materiais), banheiros que amenizam a falta de saneamento básico local e um local iluminado de forma alternativa (luz solar transformada em energia elétrica) que garante o direito ao lazer das crianças da comunidade.

*“Os moradores saem de uma casa improvisada, feita com resto de lona de piscina, resto de armário, pedaços de madeira e resto de tudo o que você possa imaginar para uma **casa digna**, que ele acorda e não tem medo de que vai cair na sua cabeça.”* (Entrevistado 2).

*“As crianças antes brincavam com qualquer coisa que encontravam, inclusive lixo, que não é adequado, pois pode estar contaminado, né? E não tinham local para interagir. **Agora elas têm acesso a um local adequado**, com brinquedos de verdade e que não tem o risco de fazer algo ruim com elas.”* (Entrevistado 3).

Além disso, os projetos sempre atingem pelo menos dois grupos: voluntários e moradores das comunidades, atendendo ao que foi proposto por Bignetti (2011). Os moradores são beneficiados pelas estruturas apresentadas anteriormente, além de todo o processo de desenvolvimento de autonomia, e os voluntários têm a oportunidade de conhecer realidades diferentes da que convivem.

*“Os benefícios eles acontecem tanto para os moradores quanto para os **voluntários, que percebem os seus privilégios.**”* (Entrevistado 3).

*“O projeto de construção possibilita um **intercâmbio de realidades**. Em geral quem ajuda a construir e não mora na comunidade tem uma vida confortável e acesso a direitos básicos, cama confortável, banho quente...”* (Entrevistado 5).

A fim de compreender melhor o processo de planejamento e execução de um projeto, além de ter acesso a mais dados para caracterizá-lo como socialmente inovador, e não se ater apenas às soluções geradas, a segunda pergunta feita aos entrevistados buscava coletar informações acerca dos elementos necessários para que um projeto da ONG aconteça. Tais resultados constam no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4: Elementos necessários para geração e desenvolvimento dos projetos

Elemento	Definição Operacional	Exemplos de Fala
Trabalho em rede	União de ideias, recursos e habilidades de instituições, empresas e indivíduos em torno de valores e interesses compartilhados.	<i>“Entendemos que trabalhando em rede dá para fazer muito mais, porque podemos fazer parcerias com quem entende do assunto.”</i> (Entrevistado 1).
Organização e gestão interna voltadas à realização	A ONG se organiza internamente de forma a planejar de forma eficiente e executar também. A parte de executar o planejado é essencial para que a vulnerabilidade de fato seja diminuída nas comunidades onde os projetos ocorrem. É a expertise de fazer acontecer.	<i>“Esse é o problema de muitas ONGs, que não buscam se organizar internamente para os projetos externos funcionarem. A gente sempre busca se aprimorar nisso para que os nossos projetos continuem dando certo.”</i> (Entrevistado 1). <i>“Todo mundo tem uma ideia legal, a diferença de quem faz é a organização para o projeto sair do papel.”</i> (Entrevistado 1).
Coparticipação	Aceitação, vontade e interesse da comunidade em participar da implementação do projeto em parceria com a ONG. A mão de obra do projeto tem que ser tanto dos voluntários da ONG quanto dos moradores da comunidade.	<i>“Algumas pessoas não aceitaram ter um banheiro seco dentro de casa, preferiram continuar fazendo do jeito que sempre fizeram, por isso partimos para outro projeto, outra demanda.”</i> (Entrevistado 3).
Dinheiro/Parcerias privadas	A fim de tornar possível a realização dos projetos, além de recursos humanos, é necessária a arrecadação de recursos financeiros e físicos (espaço para reuniões, veículos, máquinas, etc.).	<i>“Nem tudo é conseguido pro bono.”</i> (Entrevistado 10). <i>“As parcerias que a ONG faz com empresas são muito importantes.”</i> (Entrevistado 4).
Equipe de infraestrutura	Equipe responsável por arquitetar projetos que não sejam de moradias, a especialidade da ONG, mas que atendam as demandas dos moradores da comunidade - por exemplo praça, biblioteca, quadra, etc.	<i>“Para desenvolver projetos nós precisamos de conhecimento e pessoas capacitadas.”</i> (Entrevistado 3).

Fonte: Elaborado pela autora.

Em consonância com a primeira pergunta, quando questionados sobre os elementos e recursos primordiais à implementação dos projetos, em todas as respostas houve unanimidade. A **coparticipação** – também chamada de princípio ombro a ombro, relação de um mais um e abordagem participativa - foi citada por todos, e pode ser interpretada como o envolvimento significativo no processo decisório de todos os atores afetados por uma decisão. Tanto para os voluntários quanto para os moradores entrevistados, para que um projeto de fato seja executado, junto com “braço” de apoio que a ONG oferece, é preciso que exista vontade dos moradores de implementar mudanças na comunidade. O que é consequência, e ao mesmo tempo *input*, da forma de trabalho da ONG referida.

“A gente chega na comunidade e pergunta se ela gostaria da ‘intervenção’ da ONG.” (Entrevistado 1).

“Nós chamamos de princípio de trabalho ombro a ombro, que precisa da participação de pessoas da comunidade.” (Entrevistado 1).

“Um elemento necessário é a vontade da comunidade em aceitar aquele projeto, e não só aceitar como telespectadores, eles tem que fazer.” (Entrevistado 2).

“Tudo que nós fazemos, a gente faz com os moradores, de forma um mais um.” (Entrevistado 2).

“Acredito que é muito da mobilização da comunidade, os moradores tem que ser parceiros da ONG.” (Entrevistado 10).

“A comunidade tem que estar de pleno acordo com o projeto e *disposta a trabalhar em conjunto*.” (Entrevistado 8).

O segundo recurso citado com mais frequência, ao todo cinco vezes, foi o chamado **trabalho em rede**. Foi relatado por voluntários mais antigos e coordenadores contratados que, no começo, a ONG tentava atender a todas as demandas das comunidades, mesmo que eles não fossem especializados em prestar aquele serviço, em áreas como saúde e educação, por exemplo. Dado o insucesso desses projetos, ou por entregas que não atendiam o padrão da ONG, ou dificuldades de administração das soluções e recursos, o trabalho em rede passou a ser implantado.

Trabalho em rede, segundo os entrevistados, é a parceria com instituições que tenham *know-how* de alguma técnica necessária à execução de um projeto e

que não é dominada pela ONG. A mesma é especializada em construir moradias de emergência. Qualquer outro tipo de projeto, que contemple algo além de habitações emergenciais, são feitos em parcerias com outras instituições. Em geral as instituições parceiras também têm o propósito de ajudar comunidades vulneráveis, assim, através da parceria com a ONG estudada neste trabalho, ambas cumprem com os seus objetivos e os moradores das comunidades são beneficiados com projetos de qualidade.

*“O que a gente faz nesses casos, quando não é um projeto de casas, a gente busca trabalho em rede, **uma parceria com outras ONGs que entendem melhor do que a gente precisa para aquele projeto especificamente.**”* (Entrevistado 2).

*“A gente fez com essa instituição, pois era de saúde, que **não é a nossa especialidade**, mas era uma demanda da comunidade.”* (Entrevistado 1).

*“**Trabalhar em rede é necessário porque a gente não tem know-how de tudo.** A gente tem know-how de construir casas pré-moldadas dentro de comunidades com solos ruins.”* (Entrevistado 4).

*“**Coisas que não são do nosso know-how, a gente trabalha em rede.** Porque não faz sentido a gente falar ‘ah vamos fazer isso’, sendo que a gente não sabe fazer isso, pode ficar ruim e a gente não quer oferecer um serviço ruim, a gente não quer um desenvolvimento meia boca.”* (Entrevistado 5).

O terceiro elemento mais citado, quatro citações no total, foram dinheiro e parcerias com empresas privadas que oferecem algum recurso, além de financeiro, para que os projetos aconteçam. As arrecadações são feitas através de doações mensais ou pontuais, bazares, venda de doces, rifas, leilões, eventos, etc. Além disso, os moradores também pagam uma pequena porcentagem do valor total das moradias.

*“**Parcerias privadas**, como colégios, algumas empresas, que ajudam a financiar algumas moradias”* (Entrevistado 4).

*“**Parcerias** que a ONG faz.”* (Entrevistado 10).

*“O **apoio externo à ONG**, de quem não é voluntário, é essencial. Seja uma construtora que empresta uma escavadeira, pessoas que doam alimentos ou empresas que bancam uma casa inteira.”* (Entrevistado 1).

Um elemento citado por um dos coordenadores contratados é a **equipe de infraestrutura**, formada por técnicos, engenheiros, arquitetos e urbanistas. Como

dito anteriormente, a especialidade da ONG é de construir moradias emergenciais. Entretanto, as demandas da comunidade vão além disso. Quando esta demanda pode ser sanada através da construção ou reforma de um espaço físico, a equipe de infraestrutura é acionada, reafirmando o compromisso da ONG em desenvolver e entregar projetos de qualidade e em tempo hábil aos moradores. A equipe de infraestrutura já projetou espaços como uma biblioteca, uma praça, a reforma de uma quadra, entre outros.

*“A infra é importante porque é um conhecimento especializado em construções em geral, tem **conhecimento para fazer vários projetos, e não só casas**. Se não contássemos com a equipe de infraestrutura, nos limitaríamos muito.”* (Entrevistado 2).

*“A equipe de infraestrutura, que foi criada para atender a demanda de praça, de asfaltar calçadas, enfim, porque a gente precisa de conhecimento para desenvolver esses projetos, **pessoas capacitadas**.”* (Entrevistado 2).

A partir dos seguintes elementos citados anteriormente: trabalho em rede, coparticipação e parcerias privadas, é possível perceber que o que foi ressaltado por Toigo e Conterato (2017), Rodrigues (2007), Tardiff e Harisson (2005) se traduz nos projetos socialmente inovadores da ONG, que buscam melhorar a qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade e são eficazes. Isso porque esses autores destacam a importância de múltiplos atores atuando em prol da redução da vulnerabilidade, sejam indivíduos ou instituições, inclusive privadas.

Em seguida, após a contextualização dos projetos, exposição e discussão das soluções geradas, grupos atendidos e insumos, os entrevistados foram questionados sobre as dificuldades envolvidas no processo de desenvolvimento de um projeto.

Dentre os moradores respondentes, a resposta unânime foi a **falta** de cooperação dos moradores, também chamada de baixo engajamento e falta de conscientização. Para eles, o maior obstáculo atual para que um projeto seja bem sucedido é o entendimento dos moradores do que representa aquele projeto e a sua consequente colaboração e vontade de “por a mão na massa” para que ele aconteça. Um dos moradores “culpou” instituições assistencialistas que costumam atuar na área da sua comunidade por essa realidade. Ele acredita que a mentalidade assistencialista atrapalha o entendimento do morador sobre o objetivo dos projetos da ONG.

*“É difícil só o **engajamento** dos moradores em participar das reuniões.”*
(Entrevistado 6).

*“**Assistencialismo** disseminado por outras organizações que atuam na área dificulta muito. O morador fica dependente daquele assistencialismo e tem um certo acomodamento. Você que quer trabalhar de uma forma que você precise do morador de forma mais ativa, e sem dar nada em troca ao morador de primeira é complicado, porque ele já tem esse costume de receber pelo menos uma cesta básica.”* – Entrevistado 6

Os outros dois moradores entrevistados não atribuíram um motivo específico para a falta de engajamento.

*“A **conscientização** das pessoas que é a maior dificuldade. É difícil conscientizar a população do trabalho que estamos fazendo, mobilizar, entendeu? Conseguir um determinado número de pessoas naquele dia para colaborar com o projeto.”* (Entrevistado 8).

“É difícil conseguir que as pessoas entendam o que a gente está fazendo, o porquê da gente trabalhar do jeito que trabalha. Eles acham que quem faz é a ONG, mas na verdade quem faz são os moradores.” (Entrevistado 10).

Já entre os voluntários, a baixa mobilização também foi citada, mas a resposta unânime em relação aos maiores desafios enfrentados foi a falta de segurança. O cenário específico do Rio de Janeiro, onde áreas pobres e vulneráveis são em geral dominadas por traficantes e milicianos dificulta a entrada na comunidade, a permanência de projetos e o engajamento de voluntários, que ficam receosos de atuar em áreas com riscos de segurança. Afinal, como exposto na fundamentação teórica deste trabalho, o aumento das taxas de violência é comum a locais com vulnerabilidade elevada (TAVARES et al, 2016).

*“Segurança pública é uma grande dificuldade, pois já precisamos cancelar eventos por conta de **instabilidade de segurança** na área do projeto.”*
(Entrevistado 7).

*“Segurança: todas as comunidades que a gente trabalha aqui no Rio, continuamente tem **tráfico ou milícia** e tem que saber lidar com essas questões.”*
(Entrevistado 3).

Os voluntários que citaram a baixa mobilização fizeram uma correlação com falta de tempo. Para eles, o tempo livre para o voluntariado é considerado um privilégio que muitas pessoas da comunidade não dispõem.

*“A gente tem uma grande questão em relação à **mobilização comunitária**. Existe a questão de necessidade porque essas ocupam o seu tempo para se sustentar e em caso de vulnerabilidade extrema não tem como, você tem que trabalhar mais vezes. **Não sobra tempo**, entre aspas.”* (Entrevistado 1).

“Esse tempo extra que a gente pode dedicar para voluntariado é um privilégio, que muitas vezes essas pessoas não têm.” (Entrevistado 5).

Um dos voluntários relacionou a baixa mobilização à falta de confiança inicial logo que a ONG chega na comunidade.

*“A **confiança** vem com o tempo. O fato de haver uma entrega sólida, no caso uma casa, ajuda os moradores da comunidade a terem mais confiança na ONG.”* (Entrevistado 2).

No Quadro 5 abaixo é possível visualizar as principais dificuldades apontadas pelos entrevistados.

Quadro 5: Dificuldades mais frequentes durante os projetos

Dificuldade	Definição Operacional	Exemplos De Fala
Baixa mobilização nas comunidades	Disposição dos moradores da comunidade em atuarem junto a ONG nos projetos.	<i>“É um desafio porque por mais que sempre tenha ali 5, 10 pessoas fixas, se a gente quiser uma mobilização maior, só em eventos pontuais.”</i> (Entrevistado 1).
Segurança instável nas comunidades	Todos os projetos da ONG acontecem em localidades dominadas por poderes paralelos, traficantes ou milícias, que põem em risco a segurança dos voluntários e dos moradores.	<i>“A presença dos voluntários nas comunidades é um risco para a segurança da comunidade também, por conta do poder paralelo.”</i> (Entrevistado 5).

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, os respondentes foram questionados quanto aos benefícios para a comunidade que estão agregados aos projetos. Em geral todas as respostas dadas estão interligadas com as soluções novas e duradouras apresentadas no começo

deste capítulo, afinal as soluções são pensadas com o intuito de diminuir a vulnerabilidade e aumentar a qualidade de vida da população local, beneficiando-a.

As respostas a última pergunta giraram em torno do empoderamento das pessoas da comunidade e na confiança na capacidade delas de “fazer acontecer”, além de benefícios estruturais. O empoderamento apareceu em diversas nuances. Encontram-se a seguir as respostas dos três moradores entrevistados, que melhor traduzem isso.

*“O **empoderamento** que o nosso trabalho dá para os moradores é que as pessoas acabam tendo **consciência dos seus direitos**.”* – (Entrevistado 6).

*“O benefício maior é a maior dificuldade: a conscientização. A conscientização da comunidade saber que ela tem poder para **trabalhando em conjunto ela consegue mudar uma realidade**.”* (Entrevistado 6).

*“**Acesso a direitos que antes não tinham**. A ONG atua diretamente nesse ponto. Por exemplo, agora as crianças têm uma biblioteca com livros que antes não tinha, porque o poder público não dá nenhuma atenção, agora elas têm acesso a educação e lazer. **E com isso elas podem fazer muito mais que os pais que não tiveram isso**.”* (Entrevistado 10).

Neste último trecho, é possível perceber que, por conta do descaso da prefeitura e/ou governo estadual, as crianças não têm acesso garantido a lazer e educação. Apesar de não verbalizado por nenhum dos entrevistados, a falta de segurança, saneamento básico e iluminação (relatada acima) também pode ser atribuída ao Estado. Assim, é importante destacar o papel dos projetos na preservação dos direitos dos moradores das comunidades. Esses direitos são traduzidos principalmente em forma de benefícios estruturais.

A fala do Entrevistado 9 agrupa as consequências da forma de trabalho da ONG e uma solução nova e duradoura em forma de benefício: *“**Os maiores benefícios são as ferramentas de empoderamento, desenvolvidas em conjunto, para que eles sejam capazes de liderar a modificação da realidade deles**.”* (Entrevistado 9).

Quadro 6: Benefícios dos projetos para a comunidade

Benefício	Definição Operacional	Exemplos De Fala
Confiança em si (empoderamento)	Confiar que é capaz de alterar a realidade em que vive, pois ela não é estática	<i>“Confiança em si de que pode fazer uma transformação, apesar da situação em que está.” (Entrevistado 1).</i>
Geração de uma identidade consigo e com o entorno	A exteriorização de uma demanda vinda da comunidade e concretizada na forma de um espaço físico é poder se sentir pertencente a um resultado	<i>“Sentido de pertencimento é uma ramificação disso, seria a geração de uma identidade consigo e com o entorno, porque uma vez que acontece um projeto vindo da sua demanda, é como se você se exteriorizasse naquilo.” (Entrevistado 1).</i>
Benefícios estruturais	Estruturas físicas adequadas e que proporcionam melhoria na qualidade de vida dos moradores	<i>“Agora as crianças têm um local seguro onde podem interagir e tem brinquedos de crianças, e não brinquedos improvisados.” (Entrevistado 5).</i> <i>“Com os banheiros secos a qualidade do solo melhorou e a infestação de mosquitos diminuiu.” (Entrevistado 5).</i> <i>“O benefício da praça foi principalmente iluminação.” (Entrevistado 7).</i>
Dignidade	Valorização como ser humano, que tem direitos como moradia, lazer, segurança, etc.	<i>“Viver no risco é indigno.” (Entrevistado 2).</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, pode-se perceber que, apesar dos desafios encontrados para que os projetos se realizem e as comunidades tenham acesso a inovações sociais, vários benefícios foram identificados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral descrever as dificuldades enfrentadas e os benefícios trazidos por projetos de inovação social realizados em comunidades socialmente vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro, tendo por base uma ONG especializada em construir moradias emergenciais para indivíduos vulneráveis. A fim de contextualizar e fundamentar o estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre vulnerabilidade social e inovação social.

Ao longo das entrevistas foi possível perceber a importância do olhar participativo. Ou seja, olhar os problemas da comunidade a partir da ótica de quem mora lá e vive aquela realidade; onde as mudanças vem a partir do que a comunidade elege como prioridade. Esse tipo de abordagem respeita o lugar de fala dos indivíduos vulneráveis e torna-os protagonistas das mudanças implementadas na sua comunidade, empoderando-os. Além disso, é elemento imprescindível para que uma inovação social aconteça e cumpra o seu propósito. Em consonância a esta ideia, ficou claro também o quanto a abordagem assistencialista a longo prazo pode se tornar prejudicial para um grupo que se encontra em situação de vulnerabilidade.

Outro fator importante notado foi a parceria entre os atores, e a sua importância para o sucesso dos projetos. De acordo com o que foi encontrado na revisão bibliográfica, os projetos analisados na presente monografia são essencialmente coletivos, e tomam forma graças à colaboração entre organizações do terceiro setor, indivíduos, e instituições privadas. A parceria é complemento essencial ao empoderamento. Sem a combinação de ambos, em localidades extremamente vulneráveis, não é possível dar corpo a um projeto de inovação social.

Um ponto a ser destacado a partir da análise dos projetos diz respeito à dissonância em relação à literatura nacional disponível sobre inovação social, que por vezes inclui o Estado como um dos fomentadores de inovações sociais. A partir do que foi relatado nas entrevistas, o poder público abandonou aquelas pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, como se aquela comunidade fosse invisível. Serviços básicos como água, saneamento básico e energia elétrica não chegam às comunidades, apesar de todos os cidadãos que ali residem possuírem esse direito. Sendo assim, o governo contribui para a perpetuação da

vulnerabilidade social – afirmação presente na literatura aqui reproduzida sobre pobreza e vulnerabilidade social.

Tendo em vista que este estudo foi feito apenas em uma Organização Não Governamental (ONG), com metodologia de trabalho e áreas de atuação específicas, e apenas dez sujeitos tenham sido entrevistados, ainda que atuem em diferentes áreas da Organização Não Governamental (ONG) e tenham participado de diferentes projetos, seria interessante expandir este estudo para outras associações do terceiro setor (Organizações Não Governamentais, Negócios Sociais e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), em outros estados e/ou regiões do país. Para pesquisas futuras sugere-se o aprofundamento em soluções novas e duradouras e/ou benefícios gerados por projetos de inovação social eficazes, para que seja possível reproduzi-las em outras realidades. Além disso, as dificuldades encontradas durante a execução destes projetos também devem ser estudadas a fundo, para que seja possível mitigá-las.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, M. et al. Uma Visão Geral sobre a Pesquisa em Inovação Social: Guia para Estudos Futuros. **Brazilian Business Review**, v. 14, n. 4, p. 385-402, nov. 2017.
- ALVES, H. et al. Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 141-159, jan./jun. 2010.
- BIGNETTI, L. Social innovation: ideas, tendencies and research possibilities. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011.
- BITTENCOURT, B.; RONCONI, L. Políticas de inovação social e desenvolvimento: o caso da Bolsa de Terras. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 5, p. 795-818, set./out. 2016.
- CALDAS, R.; SAMPAIO, Y. Pobreza no nordeste brasileiro: uma análise multidimensional. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 74-96, jan./abr. 2015.
- CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". **Caderno CRH**, Salvador, v. 10, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.
- CASTRO, M.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 143-176, jul. 2002.
- COCCO, M.; LOPES, M. Violência entre jovens: dinâmicas sociais e situações de vulnerabilidade. **Revista gaúcha de enfermagem**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 151-159, mar. 2012.
- CORREIA, S.; OLIVEIRA, V.; GOMEZ, C. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 102-133, nov./dez. 2016.
- CORREIO, S.; CORREIO, B. About Social Innovation: epistemological, technical, theoretical and methodological considerations on the academic production from 2008 to 2012. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 10, n. 6, p. 1122-1136, out./dez. 2017.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JUNIOR, A.; MELLO, C.; BARBOSA, E.; JARDIM,

F.; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. (Org.). **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. cap.1.

FARFUS, D. **Empreendedorismo social e desenvolvimento local: um estudo de caso no SESI Paraná**. Curitiba: UNIFAE, 2008. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento), Centro Universitário Franciscano do Paraná, 2008.

FIORATI, R. et al. As rupturas sociais e o cotidiano de pessoas em situação de rua: estudo etnográfico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. spe, jul. 2016.

FRANCO, M. **Análise de Conteúdo**. 3.ed. Brasília: Liber, 2008.

FREITAS, M. et al. Quem são, o que falam e quem escuta os pobres? **Ciência e Saúde coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3859-3882, dez. 2017.

FRUTUOSO, M. et al. Gestão local de saúde em território de vulnerabilidade: motivações e racionalidades. **Saúde Debate**, v. 39, n. 105, p. 337-349, abr./jun. 2015.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2.ed. São Paulo: Vozes, 2002. cap.3.

GIL, A. Como delinear estudos de campo? In:_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. cap.11.

MAIOR, M.; CANDIDO, G. Avaliação das metodologias brasileiras de vulnerabilidade socioambiental como decorrência da problemática urbana no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 241-264, abr./jun. 2014.

MARIANO, J.; NEDER, H. Desigualdade de renda e pobreza entre famílias no meio rural do Nordeste. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Recife, v. 5, n. 2, p. 221-242, jul./dez. 2006.

MINAYO, M. A construção do projeto de pesquisa. In:_____. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. cap.2.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, N.; RAFFAELLI, M.; KOLLER, S. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. **Avances em Psicologia Latinoamericana**, v. 30, n. 1, p. 122-140, jan./jun. 2012.

MOZZATO, A.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, Curitiba, v.15, n.4, p.731-747, jul./ago. 2011.

OLIVEIRA, N.; SILVA, T. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no CREDITAG-RO. **Revista de Administração da UFSM**, v. 5, n. 2, p. 277-295, mai./ago. 2012.

PAIVA JÚNIOR, F.; LEÃO, A.; MELLO, S. Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, set./dez. 2011.

PENNA, N.; FERREIRA, I. Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. **Mercator (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, set./dez. 2014.

PHILLS, J.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. Rediscovering Social Innovation. **Stanford Social Innovation Review**, v. 6, n. 4, p. 34-43, set./dez. 2008.

RODRIGUES, A. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre nonprofit sector e economia social. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 14, n. 43, p. 111-128, out./dez. 2007.

SANTOS, J. Relações entre fragilidade ambiental e vulnerabilidade social na susceptibilidade aos riscos. **Mercator (Fortaleza)**, v. 14, n. 2, p. 75-90, mai./ago. 2015.

TARDIF, C; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence e transversalité: La conceptualization de l'innovationsocialeau CRISES. IN: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovation Sociales. **Cahiers du CRISES**. Québec, 2005.

TAVARES, R. et al. Homicídios e vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 923-934, mar. 2016.

TAYLOR, J. Introducing Social innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, vol. 6, n. 1, pp. 69-77, mar. 1970.

TOIGO, C.; CONTERATO, M. Pobreza, Vulnerabilidade e Desenvolvimento no Território Rural Zona Sul: o que aponta o Índice de Condição de Vida? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 55, n. 2, p. 267-284, abr./jun. 2017.

TRIVIÑOS, A. Pesquisa Qualitativa. In:_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. cap.5.

VERGARA, S. Começando a definir a metodologia. In:_____. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016. cap.4.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de Entrevista aplicado aos voluntários

Caro(a),

Esta pesquisa faz parte do trabalho de final do curso de Administração que realizo na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O objetivo é descrever os desafios enfrentados no desenvolvimento de projetos de inovação social em uma comunidade socialmente vulnerável da cidade do Rio de Janeiro. Para o êxito da pesquisa e na expectativa de contribuir com estímulo ao desenvolvimento de novos projetos de inovação social no país, gostaria de poder contar com a sua colaboração para responder algumas poucas perguntas sobre o tema.

Caso autorize, gostaria de gravar em áudio as suas respostas. Você não será identificado e a sua participação é de grande importância para os resultados futuros desta pesquisa.

Agradeço desde já sua disponibilidade e ajuda!

PERGUNTAS:

1. Segundo Luiz Paulo Bignetti (2011), **inovação social envolve geração de soluções novas e duradouras para grupos sociais diversos**. Com base nisso, quais projetos da TETO podem ser considerados de inovação social? Quais foram as soluções novas e duradoras desenvolvidas e os grupos atendidos?
2. Você poderia descrever melhor alguns desses projetos? Por exemplo, como foi o processo de geração e desenvolvimento deles? Quais elementos necessários para geração e desenvolvimento dos projetos?
3. Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento dos projetos?
4. Quais benefícios trazidos por esses projetos para a comunidade? Você poderia detalha-los?

Apêndice B: Roteiro de Entrevista aplicado aos moradores

Caro(a),

Sou aluna do curso de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro e neste semestre estou escrevendo o meu Trabalho de Conclusão de Curso. O meu trabalho trata de vulnerabilidade e inovação social no Rio de Janeiro, focando em projetos realizados por uma ONG.

Visto que você já colaborou/colabora com um desses projetos, gostaria de poder contar com a sua colaboração para responder quatro perguntas sobre inovação social.

Caso autorize, gostaria de gravar em áudio as suas respostas. Você não será identificado e a sua participação é de grande importância para os resultados futuros desta pesquisa.

Agradeço desde já sua disponibilidade e ajuda!

PERGUNTAS

1. Como dito anteriormente, o meu Trabalho de Conclusão de Curso é sobre inovação social, que nada mais é do que soluções novas para diversos grupos sociais; ou seja, para ser inovação social mais de um grupo tem de ser afetado. Assim, partindo desta definição, você acredita que o projeto que você participou/participa é uma inovação social? Se não, há outro projeto da ONG que você acha que se encaixa nessa definição?
2. Você poderia descrever como foi o processo de geração e desenvolvimento desse(s) projetos(s)? Quais elementos necessários para que ele(s) acontecesse(m)?
3. Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento dos projetos?
4. Quais benefícios trazidos por esses projetos para a comunidade?